**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

TRE-RS-PCE-0603717-11.2022.6.21.0000

Interessados: AGIR - RIO GRANDE DO SUL - RS – ESTADUAL, HERMES ALEXANDRE ROCKENBACH, TAMIRES FURTADO BARBOSA OLIVEIRA E AGIR - BRASIL - BR – NACIONAL

Relator: DES. ELEITORAL AFIF JORGE SIMOES NETO

P A R E C E R

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO DE 2022. CONTAS NÃO APRESENTADAS. OMISSÃO DO PARTIDO E SEUS REPRESENTANTES. PARTIDO INADIMPLENTE PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL, NÃO PODENDO RECEBER RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO E DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA ENQUANTO NÃO FOR REGULARIZADA SUA SITUAÇÃO. PARECER PELO JULGAMENTO DAS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS.

Trata-se de prestação de contas do Diretório Estadual do Partido AGIR do Rio Grande do Sul, instaurada nos termos do artigo 49, §5º, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, tendo em vista a não apresentação das contas referentes às eleições de 2022.

Consoante já referido por este Ministério Público eleitoral, "é fato que a grei efetivamente participou das eleições em comento, omitindo-se quanto ao dever de prestar contas à Justiça Eleitoral, sendo infrutíferas, ademais, as tentativas de citação dos dirigentes e do Diretório Nacional para a regularização das contas e da representação processual". (ID 45539762)

Remetido o feito à Unidade Técnica para proceder a instrução do processo, na forma prescrita no artigo 49, §5º, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, sobreveio a informação acostada no ID 45586644.

Após, foi dada nova vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral. (ID 45554339)

É o sucinto relatório. Passa-se à manifestação.

Na informação da Seção de Auditoria de Contas Eleitorais, findou consignado

que:

Em conformidade com o art. 49, § 5º, III da Resolução TSE n. 23.607/2019, anexa-se, na continuidade desta informação, o extrato bancário eletrônico disponibilizado pelo TSE, que demonstra a movimentação financeira da agremiação, referente à campanha eleitoral 2022. Nesse contexto, informa-se que:

a) **Fundo Partidário**: Nas informações bancárias disponibilizadas pelo TSE, constatou-se a não movimentação de Recursos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos – FP. E, em consulta ao SPCE, verificou-se que não houve recebimento deste tipo de recurso público.

b) **Fundo Especial de Financiamento de Campanha**: Nas informações bancárias disponibilizadas pelo TSE, constatou-se a não abertura de conta bancária para movimentar Recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC. E, em consulta ao SPCE, verificou-se que não houve recebimento deste tipo de recurso público.

c) **Fonte Vedada**: Nas informações bancárias disponibilizadas pelo TSE, constatou-se a não movimentação de Recursos, sendo assim, não foi constatado o recebimento de recursos de Fontes Vedadas.

d) **Recursos de origem não identificada**: Nas informações bancárias disponibilizadas pelo TSE, não foi constatado o recebimento e utilização de Recursos de Origem Não Identificada.

Era o que cabia informar. (ID 45586644 - *grifos originais*)

Assim, de acordo com as informações acima, aliadas ao silêncio do prestador, as contas do Diretório Estadual do Partido AGIR devem ser consideradas como **não prestadas**.

Consequentemente, a grei deve ser considerada, para todos os efeitos, inadimplente perante essa Justiça Eleitoral, não podendo receber, por conseguinte, recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não regularizar sua situação.

Nesse sentido:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO ESTADUAL. ELEIÇÕES 2016. CONTAS NÃO PRESTADAS. SUSPENSÃO DO RECEBIMENTO DE QUOTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO. **É obrigação dos partidos prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados em campanha, além dos gastos despendidos pelas agremiações, ainda que não tenham movimentado valores.** Art. 45, caput e § 1º, da Resolução TSE n. 23.463/15. **Omissão da agremiação em prestar contas, embora esgotadas todas as formas de notificação para tanto. Contas não prestadas implicam na proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário, enquanto não regularizada a situação do partido. Contas julgadas não prestadas.** (Prestação de Contas n 20664, ACÓRDÃO de 19/12/2017, Relator DR. SILVIO RONALDO SANTOS DE MORAES, Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 12, Data 26/01/2018, Página

17 - grifou-se)

Portanto, **devem ser julgadas não prestadas as contas.**

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se no sentido de que as contas do Diretório Estadual do Partido AGIR sejam **julgadas como não prestadas**, com a imposição da penalidade de suspensão de recebimento recursos do Fundo Partidário até a regularização da situação.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2023.

CLAUDIO DUTRA FONTELLA

Procurador Regional Eleitoral.